

O QUE É O SENADO

Uma confraria. Assim o senador Gilberto Miranda (PMDB-AM) definiu o Senado da República há seis anos. Tinha razão. O debate na maioria das vezes é cortês; todos se tratam em público por Vossa Excelência. E mais: têm uma vida de fazer inveja à maioria dos mortais.

Para quem quer ter oito anos de excelente salário — R\$ 8 mil bruto por mês, cerca de R\$ 5,5 mil líquido —, apartamento decorado e um bom carro para usar em Brasília, plano de saúde e atendimento vip, não existe emprego melhor. Além do 13º salário, os senadores — assim como os deputados — recebem ainda um salário a mais no início do ano e outro no final.

E mais: senador dá emprego. Cada um pode trazer quatro assessores com salários que somam R\$ 11 mil. Pode ainda requisitar outros 18 servidores do Senado. Têm ainda quota de telefone na residência e ligações livres no gabinete, além de quatro passagens aéreas por mês — uma via Rio de Janeiro. Essas facilidades não são novas. Existem desde que o Senado é Senado, em 1824, tempo do Império.

Mas o que faz um senador para ter tantos benefícios? Se no Império o Senado analisava as contas do imperador, hoje é a única instituição com poderes para processar e julgar um presidente da República nos chamados crimes de responsabilidade (aqueles decorrentes do mandato), como ocorreu com o ex-presidente Fernando Collor.

Poder é o que não falta, e junto com este poder está a responsabilidade. O ritmo das terças, quartas e quintas-feiras costuma ser frenético. Comissões pela manhã, plenário à tarde e jantares e reuniões políticas à noite. E tome análise de projetos de lei, emendas constitucionais, resoluções e toda a legislação vigente no país. Tudo o que há de mais importante passa por ali.

Todos os empréstimos externos e rolagens de dívidas dos estados têm que ter o aval da Casa. Se os senadores não dessem o sim no plenário, os governadores teriam muito mais do que se queixar. E, ao mesmo tempo que aprovam a maioria das solicitações, correm o risco de responder por elas no futuro. Como no caso da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Precatórios, onde os senadores-relatores tiveram que justificar os votos favoráveis à emissão de títulos que o Banco Central deu parecer contrário.

A tarefa dos senadores não está restrita às contas públicas. Todas as leis aprovadas pela Câmara dos Deputados são revisadas pelos senadores. Daí o nome de Casa Revisora. Foi lá, por exemplo, que o governo conseguiu derubar o financiamento público das campanhas políticas proposto pelos deputados.

Foi ainda o Senado que, ao analisar texto da reforma da Previdência oriundo da Câmara, incluiu o fim das aposentadorias especiais para os magistrados, proposta do presidente da Casa, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA).

Mas, no meio de tantas tarefas, os senadores costumam poupar seus pares. Foi assim com o senador Ronaldo Aragão (PMDB-RO), já falecido. Em 1993, acusado de desvio de recursos pelos integrantes da CPI do Orçamento, Aragão acabou absolvido pelos colegas.

Esta confraria é aquela a que se referiu o senador Gilberto Miranda. Um estilo mais antigo que a República. Vem dos tempos do Império, quando os senadores eram escolhidos pelo imperador a partir de uma lista tríplice elaborada pelo voto censitário. E o cargo era vitalício!

Hoje, os senadores são eleitos pelo voto secreto dos cidadãos maiores de 16 anos. A cada quatro anos, há uma renovação parcial. Nas eleições de outubro, 27 dos 81 senadores terminam seus mandatos. Outros 54 têm ainda mais quatro anos e só concluem seus mandatos no final de 2001.